

***Alterações no Regulamento da
Previdência Social
Efetuadas pelo
Decreto nº 10.410, de 2019***

Brasília – DF, agosto de 2020

Objeto da Apresentação

- Visão geral sobre as principais alterações promovidas no Regulamento da Previdência Social pelo Decreto nº 10.410, de 2019, comparando-se as disposições anteriores e as atuais.

Fundamento Jurídico das Alterações

- 1. Entre outras, as seguintes normas:**
 - I. Emenda Constitucional nº 103, de 2019;**
 - II. Lei Complementar nº 150, de 2015 (trabalho doméstico);**
 - III. Lei nº 12.873, de 2013 (salário-maternidade nos casos de adoção);**
 - IV. Lei nº 13.135, de 2015 (limite temporal para a pensão por morte dos cônjuges);**
 - V. Lei nº 13.467, de 2017 (reforma trabalhista - trabalho intermitente);**
 - VI. Lei nº 13.846, de 2019, (programa de revisão de benefícios com indícios de irregularidades).**

Tempo de Contribuição

Regra anterior

- Consideradas as competências cujo SC fosse igual ou inferior ao limite mínimo mensal do SC;
- Contagem de data a data.

Nova regra

- Consideradas as competências cujo SC seja igual ou superior ao limite mínimo mensal do SC;
- Contagem da competência, independentemente do número de dias trabalhados no mês;
- Proibição do cômputo do tempo de contribuição fictício;
- Possibilidade de complementação ou agrupamento de contribuições ou utilização do excesso de contribuição de um mês em outro (agrupamento e utilização somente com competências do mesmo ano civil).

Nomenclatura dos Benefícios

Regra anterior

- Auxílio-doença;
- Aposentadoria por invalidez;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição.

Nova regra

- Auxílio por incapacidade temporária;
- Aposentadoria por incapacidade permanente;
- Aposentadoria por idade do trabalhador rural (nada muda);
- Aposentadoria programada.

Cálculo do Valor da Renda Mensal

Regra anterior

- Média dos maiores SC correspondentes a 80% de todo o período contributivo;
- Fator previdenciário (possibilidade de exclusão na hipótese de pontos);
- Aposentador por tempo de contribuição: 100% SB;
- Aposentadoria por idade: 70% + 1% a cada ano de contribuição (segurado especial: 1 SM);
- Aposentadoria por invalidez: 100% do SB.

Nova regra

- Média dos SC correspondentes a 100% do período contributivo;
- Fim do fator. Possível exclusão das contribuições que resultem em redução do valor do benefício;
- Ap. programada: 60% do SB + 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 15/20 anos de contribuição;
- Ap. por idade trabalhador rural: 70% + 1% a cada ano de contribuição (segurado especial: 1 SM);
- 60% do SB + 2% para cada ano de contribuição que exceder 15/25 anos de contribuição (acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho: 100%).

Aposentadoria Especial

Regra anterior

- 15, 20 ou 25 anos de contribuição com exposição a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física;
- Efetiva exposição: nocividade não eliminada ou neutralizada;
- 100% do SB;
- Conversão entre períodos especiais ou de especial para comum.

Nova regra

- Exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes:
 - Idade: 55; TC: 15;
 - Idade: 58; TC: 20;
 - Idade: 60; TC: 25;
- Efetiva exposição: nocividade não eliminada ou neutralizada;
- 60% do SB + 2% > 15/20;
- Conversão só entre períodos especiais.

Salário-maternidade

Regra anterior

- Atividades concomitantes: benefício em relação a cada emprego.

Nova regra

- Novas disposições sobre adoção, pagamento ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, empregada do MEI e exigência de afastamento de todas as atividades;
- Empregada intermitente: pago pela PS; média das remunerações nos 12 meses que antecederem o parto/adoção; 1 único benefício;
- Jornada parcial: $SC < SM$ mensal, pago pela PS, desde que complementado; $SC > SM$ mensal, pago pelas empresas (exigência de comprovantes);
- soma das remunerações igual ou > 1 SM mensal (individualmente, o SM poderá ser $< SM$ mensal).

Outras Disposições

Regra anterior

- **Salário-família:** 2 faixas de valores.
- **Auxílio-reclusão:** sem carência; regime fechado ou semiaberto; 100% da aposentadoria.
- **JA:** mínimo 3 testemunhas.
- **Requerimentos:** sem previsão específica da forma de requerimento.
- **Cadastro de segurados especiais:** sem previsão.

Nova regra

- Valor unificado: R\$ 48,62 (baixa renda: R\$ 1.425,56).
- Carência de 24m; regime fechado; não superior ao salário-mínimo.
- 2 testemunhas.
- Atendimento eletrônico (presencial em caráter excepcional).
- Cadastro no CNIS, para fins de comprovação da condição e do exercício da atividade rural, por meio de declaração anual (1/1/2023) ou autodeclaração.

Outras Disposições

Regra anterior

- **Guarda de documentos ou de comprovantes:** 10 anos.

Nova regra

- 5 anos (prazo decadencial).

-
- Inclusão de novas categorias de segurados: intermitente, motorista de aplicativo, artesão e repentista.

-
- Anexo V (atividades preponderantes e correspondentes graus de risco).

-
- Novo Anexo V - adequação à Resolução CONCLA nº 02, de 2018 (novos códigos da CNAE).

-
- Alíquotas de contribuição dos segurados empregados (8 a 11%, sem progressividade).

-
- 7,5 a 14% (com progressividade).

Questionamentos da CNA

- **Manutenção da qualidade de segurado após a cessação do benefício por incapacidade:** 12/24/36 meses. Pretensão de manutenção do anterior.
- **Contribuição do empregador sobre salário-maternidade (RE 576967):** a decisão ainda não transitou em julgado.
- **Súmulas administrativas (art. 352):** competência para que emissão e edição de Súmula com efeito vinculante seja do CRPS, não do INSS. A pretensão do RPS é apenas internalizar a jurisprudência no âmbito do reconhecimento inicial de direitos.
- **Art. 374, §4º:** *Nas hipóteses de requerimento de revisão de benefício em manutenção ou de recurso de decisão do INSS com apresentação de novos elementos extemporaneamente ao ato concessório, os efeitos financeiros serão fixados na data do pedido de revisão ou do recurso.* (Exclusão das partes em negrito).
- **Art. 176-E:** sugestão de inserir, como §§, os arts. 680 a 683 da IN, que tratam de instrução processual.

Questionamentos da CNA

- **Art. 176, § 3º:** *Não caberá recurso ao CRPS da decisão que determine o arquivamento do requerimento sem análise de mérito decorrente da não apresentação de documentação indispensável ao exame do requerimento.*
 - Fundamento: art. 40 da Lei nº 9.784/1999: “Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.”
- **Art. 66, § 3º:** *A atividade preponderante será aquela pela qual o segurado tenha contribuído por mais tempo, **antes da conversão**, e servirá como parâmetro para definir o tempo mínimo necessário para a aposentadoria especial e para a conversão.* (sugestão para que seja após a conversão).
- **Art. 13, inciso II:** remete ao §8º, que não existiria. (Existe sim. É o § 8º do próprio art. 13 e não do art. 19-E).
- **Art. 188-E, § 8º, I:** *a partir de 5 de novembro de 2015 até 30 de dezembro de 2018:* o correto seria: 18/06/2015 (MP 676/2015).
- **Art. 188-E, § 8º, II:** *de 31 de dezembro de 2018 até 31 de dezembro de 2019:* o correto seria 13/11/2019 (EC 103/2019).